

## A ONG Igualdade: a consolidação da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre - RS

"Igualdade", an NGO: consolidating a trans organization in Porto Alegre – RS

Augusta da Silveira de Oliveira<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo insere-se na temática da História LGBTQI+ no Rio Grande Sul. O objetivo é discutir as ações que resultaram na institucionalização da ONG Igualdade (Associação das Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul). Para isso, são utilizados relatos orais e documentação institucional da organização. Essas fontes nos ajudam a compreender a semelhança na forma de atuação da Igualdade e do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA/RS), dado que a associação emergiu de um grupo que se reunia semanalmente no GAPA na década de 1990. Nesse ínterim, discorre-se sobre os projetos dos primeiros anos de atividade, as relações estabelecidas com outras entidades, formação de redes, parcerias com o Estado através da captação de recursos por meio de editais de fomento, as conquistas políticas e o papel do enfrentamento da epidemia de aids nesse planejamento.

**Palavras-chave:** travestis e transexuais; movimentos sociais; organizações não-governamentais

### Abstract

The article seeks to contribute to the LGBTQI + history of Rio Grande Sul. The main goal is to discuss the actions that resulted in the institutionalization of the NGO Igualdade (Association of Travestis and Transgender People of Rio Grande do Sul). For this, oral interviews and institutional documentation were used. These sources aid us in understanding the similarity in the way in which Igualdade and the Aids Prevention Support Group (GAPA/RS) work, given that the association emerged from a group that met weekly at GAPA in the 1990s. The article also discusses the projects during the first years of activity, the relations established with other entities, network building, partnerships with the State through governmental fundraising, political achievements and the role of the answer to the aids pandemic in this planning.

**Keywords:** transgender; social movements; non-governmental organizations

### Do GAPA emerge a Igualdade

O movimento de travestis e transexuais<sup>2</sup> em Porto Alegre, a exemplo de outras cidades no Brasil, se insere no contexto da emergência da epidemia de aids na década de

---

<sup>1</sup> Mestra (2018) e Licenciada (2015) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente, é doutoranda em História na Brown University com financiamento da CAPES/Comissão Fulbright. É integrante do CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQI+ do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: [augusta\\_de\\_oliveira@brown.edu](mailto:augusta_de_oliveira@brown.edu).

<sup>2</sup> As categorias identitárias são múltiplas e passam por mudanças históricas, a exemplo da emergência de identidades como "transexual" e "transgênero", fruto de um discurso médico-científico e de tecnologias disponíveis para essas novas expressões (VERAS, 2017). Na maioria dos casos, considerando o contexto analisado, "população travesti e transexual" ou ainda "população trans", termo mais abrangente e "guarda-

1980<sup>3</sup>. Mais do que analisar as condições de emergência, esse artigo busca analisar o processo de institucionalização e consolidação de um movimento autônomo de travestis e transexuais.

Inicialmente, é central falarmos de como a Igualdade, Associação de Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul, emerge no contexto do combate à epidemia de aids e de dentro do GAPA/RS (Grupo de Apoio a Prevenção da Aids). É mister ter em conta que foi somente em decorrência da ação da sociedade civil organizada em resposta à falta de uma política nacional de enfrentamento da doença que organizações como o GAPA puderam estruturar-se. No Rio Grande do Sul, o GAPA/RS surge em 1989, fruto da reunião de portadores de HIV, familiares e pessoas preocupadas com o atendimento aos pacientes de aids nos hospitais em Porto Alegre.

As ações do GAPA culminaram em sua consolidação enquanto referência de ONG para o enfrentamento da aids "prestando solidariedade fundada no apoio financeiro e na assistência jurídica, nas denúncias de atos de discriminação e de falhas na assistência hospitalar, mas, principalmente, nas visitas hospitalares e domiciliares aos doentes" (LAURINDO-TEODORESCU; TEIXEIRA, 2015, p. 98). Inserido na rede de ONGs/aids brasileiras, o GAPA foi, ao longo da década de 1990, uma das partes do modelo de articulação entre Estado e ONGs através de parcerias e financiamentos, materializando a "soma de esforços" que compreendeu o objetivo comum de enfrentamento da epidemia (VILLELA, 1999). Do GAPA emergiriam outros grupos, ligados a direitos da população LGBT para além da aids, a exemplo do Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual e a Igualdade, que aqui analisaremos.

---

chuva" de diferentes identidades, são úteis para essa referência e para nomear o grupo atendido pelas instituições citadas.

<sup>3</sup> Uma primeira onda do movimento homossexual brasileiro (mais tarde nomeado LGBT) data do fim década de 1970, marcada pelo surgimento do jornal *Lampião da Esquina* e do SOMOS - Grupo de Afirmação Sexual, em São Paulo. O processo de redemocratização no Brasil e a epidemia de aids foram responsáveis pelo declínio dessas iniciativas, mas também produziram a ampliação do espaço de atuação política possibilitaram outras formas de organização civil.

A chegada da população travesti e transexual no GAPA é marcada não só pela busca de prevenção, testagem e tratamento do HIV/aids, mas, principalmente, pela condição marginalizada que dificultava o trabalho de prevenção. Na década de 1990, estando a maioria das travestis e transexuais exercendo o trabalho sexual noturno nas ruas, sobreviver a perigos iminentes como a violência da polícia e dos clientes é um problema mais imediato do que o vírus da aids. O primeiro trabalho do GAPA, portanto, constituiu-se em interpelar as travestis nos pontos de prostituição com o chamariz da distribuição de preservativos e, na sequência, fomentar os grupos de trabalho com reuniões semanais na sede da instituição para, além de abordar a questão do HIV, tratar de questões latentes como a violência policial e direitos humanos, através da construção de um ideal de cidadania, que também compreendia acesso a direitos e serviços básicos, como educação e saúde.

O grupo das travestis e transexuais passou a se reunir na segunda metade da década de 1990 e foi planejado pelos voluntários do GAPA. A aids sempre apareceu como questão essencial para o debate, mas o dia-a-dia da batalha e a violência policial se mostravam temas mais significativos e presentes. As reuniões se inseriam num completo e extenso programa de formação voltado para a área de direitos humanos e cidadania, com oficinas sobre temáticas do cotidiano da população, a exemplo da importância de fazer o teste de HIV, leitura de artigos da Constituição, discussões sobre organização do Estado<sup>4</sup>. O GAPA teve importante papel na mediação de conflitos da população travesti e transexual com a polícia, bem como na formação de lideranças que, mais tarde, estiveram envolvidas na criação de uma entidade autônoma voltada para a representação das travestis e transexuais.

É também dentro dessas reuniões que se passa a fomentar o associativismo da população travesti e transexual. A melhora no atendimento aos portadores de HIV e medicamentos como o coquetel de anti-retrovirais que torna possível viver com o vírus, desfaz a aids como único fator aglutinador dos grupos que acessavam o GAPA. Nesse

---

<sup>4</sup> Entrevista concedida por Marcos Benedetti, voluntário do GAPA, em 24 de julho de 2017.

sentido, o distanciamento natural é catalisado pelas ações da equipe do GAPA em viabilizar a autonomia do grupo. Entre as próprias travestis e transexuais surge a ideia de que os voluntários do GAPA não podiam mais representar o grupo nem “falar em seu nome”<sup>5</sup>. Não corroborar com a lógica do empoderamento tutelado e assistencialista era uma das premissas da equipe do GAPA nesse processo, por isso os esforços em fomentar o associativismo entre as próprias travestis.

Das reuniões semanais surgiram o primeiro modelo de estatuto e as primeiras lideranças incentivadas com viagens para congressos e eventos de ONGs/aids. É dentro do GAPA, órgão de assistência e promotor de direitos, que a Igualdade surge, tendo como pano de fundo o combate à epidemia de aids. A auto-organização e o conhecimento dos direitos, valores pautados nas reuniões semanais pelos facilitadores que coordenavam o grupo, bem como o esforço para que algumas frequentadoras se tornassem voluntárias e conhecessem outros exemplos de organizações da população trans, foram ações decisivas que contribuíram para que, em 1999, a Igualdade surgisse enquanto instituição.

Dentre os entrevistados ao longo da pesquisa e que participaram desse processo, estão os voluntários do GAPA, que contribuíram através da capacitação de lideranças e do incentivo à auto-organização, e também as travestis e transexuais que frequentavam as reuniões semanais, responsáveis por colocar em prática os projetos coletivos do grupo. Karen Bruck e Marcos Benedetti fazem parte do primeiro grupo. Do segundo, fazem parte Alessandra Greff, funcionária e secretária do GAPA na segunda metade da década de 1990; Cassandra Fontoura, primeira coordenadora da Igualdade; Marcelly Malta, atual coordenadora; Veruska de Mattos e Joyce da Silva, frequentadoras tanto do grupo no GAPA como usuárias dos serviços oferecidos pela Igualdade. Também foi entrevistada Magali Sperb, responsável pelo administrativo da Igualdade. A opção por utilizar fontes orais deu-se pelo reconhecimento do papel das histórias de vida e, acima de tudo, das narrativas sobre si mesmas como parte fundamental da construção do movimento social.

---

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Alessandra Greff, em 8 de setembro de 2017.

Nesse sentido, é mister salientarmos o valor dos depoimentos enquanto documento, e como uma das diferentes versões possíveis dos eventos e do período em questão nessa pesquisa, marcando sua parcialidade e caráter singular, visto que são memórias reconstituídas (ALBERTI, 2005). Em adição às fontes orais, coletadas através de entrevistas semi-estruturadas que buscavam abordar, além da militância, trajetórias individuais de uma maneira ampla, foram utilizadas fontes documentais referentes aos primeiros anos de funcionamento da instituição.

### **A Igualdade nas manchetes**

O principal, aqui, é analisar o funcionamento de uma instituição voltada para a população travesti e transexual que, com sucesso, conseguiu consolidar-se como referência no atendimento a população trans de Porto Alegre. Para isso, a formalização da Igualdade como ONG é o primeiro passo para a autonomia de um movimento de travestis e transexuais na cidade.

Em maio de 1999 a Igualdade se torna realidade, resultado do trabalho semanal de reuniões no GAPA. A escolha do nome ficou a cargo das frequentadoras do grupo. Igualdade “não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração” (SCOTT, 2005). No caso da nova ONG, vemos a formação de uma identidade de grupo, resultado de um processo político de identificação coletiva e fomento ao associativismo, iniciado nas reuniões do GAPA. O nome escolhido revela a posição à qual queria ser alçada na sociedade em relação a outros sujeitos, à época, mais detentores de direitos. O jornal do Nuances - Grupo Pela Livre Expressão Sexual, voltado para o público LGBT, traz uma nota em sua oitava edição que publicizava a formação do grupo:

Foi fundada em Porto Alegre a ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO RS, QUE SE CHAMA IGUALDADE. A Associação surgiu a partir das reuniões que acontecem todas as terças no Gapa. A direção está composta por Cassandra Fontoura, Coordenadora Geral, Gabriela Pinho, Secretária, Marcellly Malta, Tesoureira, e Pâmela Barragan, Conselheira Titular (NOTAS, 1999).

Na mídia tradicional, uma matéria veiculada no jornal de maior circulação do estado, o Zero Hora, e intitulada “Travestis criam associação” dá espaço para a divulgação da nova entidade (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999). O subtítulo “iniciativa nasceu das reuniões realizadas na sede do GAPA” já sinaliza a importância do papel da instituição mencionada no processo de criação da Igualdade, visto que sinaliza o ponto de origem dos esforços para materialização da nova entidade. Foram entrevistadas para a reportagem Cassandra Fontoura e Marcelly Malta, presidenta e tesoureira da nova organização, respectivamente. As duas estiveram presentes durante o processo de concepção da associação, participaram de capacitações dentro do GAPA e, ao fim, foram as responsáveis por levar à frente a nova instituição.

O conteúdo da matéria explana a respeito da necessidade de organização das travestis e, além disso, traz um pequeno perfil de Cassandra, citando características físicas e parte de sua trajetória, como segue:

Ela tem 1,73cm, 74 quilos, pele morena e nos últimos anos andou experimentando uma ponte-aérea entre Itália e Brasil. Depois de tantas viagens sobre o oceano Atlântico - quando acabou conhecendo boa parte da Europa - a pelotense Cassandra decidiu fixar residência em Porto Alegre. A dificuldade em exercer a profissão, a violência das ruas e a luta contra o preconceito a levaram a organizar da categoria. A partir de várias reuniões realizadas com as colegas no Grupo de Apoio à Prevenção da Aids (GAPA), nasceu Associação dos Travestis Igualdade do Rio Grande do Sul. Cassandra é a presidente. (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999, p.58)

Na primeira parte do excerto fica clara a omissão do tipo de trabalho exercido por Cassandra e pelas outras travestis, mencionadas somente como “colegas”. A ideia de trabalho sexual fica implícita apenas através da referência do preconceito e da violência nas ruas, sinais da marginalização do grupo, mas não é explicitada ao longo da reportagem. No segundo trecho, a ação do GAPA para fomentar a organização das travestis é detalhada:

Todas as terças-feiras, um grupo de travestis da capital se reúne na sede do GAPA para debater assuntos de interesses específicos. Nas discussões e nas palestras, questões como formas de proteção contra o vírus HIV, violência de cidadãos civis e da polícia e o preconceito da sociedade sempre estão entre os temas abordados. A discussão ganhou corpo e, com apoio dos técnicos do

GAPA, surgiu a iniciativa de criar uma associação. (TRAVESTIS CRIAM ASSOCIAÇÃO, 1999, p. 58)

A principal bandeira levantada pela Igualdade também é destacada: lutar contra a discriminação que a categoria sofre. O próprio termo “categoria” também associa diretamente o ser travesti ao trabalho sexual, englobando a população travesti e transexual como uma categoria profissional. Em segundo plano, aparecem demandas como “a prevenção contra a aids e a busca de uma cidadania plena com direitos e deveres”, valores cultivados já nas reuniões semanais dos grupos de trabalho realizadas na sede do GAPA e levados adiante pela nova instituição.

A reportagem é rica não somente pela divulgação do novo serviço em um meio de grande circulação, mas porque faz papel de “carta de intenções” da Igualdade para a população travesti e transexual, e a diversidade no teor desses projetos denota a carência de políticas públicas específicas direcionadas para a população trans. Nesse ínterim, também foram levantadas propostas como a realização de um censo da população e foi sinalizado o desejo de obtenção de uma sede. Marcelly Malta menciona a possibilidade da criação de uma casa de apoio para travestis em situação de vulnerabilidade e em situações precárias de moradia, seja em decorrência do preconceito e abandono da família ou da aids. A questão da moradia era uma das várias que colocava a população trans em situação de vulnerabilidade. A falta de um registro formal de emprego, além da discriminação, fazia com que a maioria das travestis e trans dependesse de quartos alugados em áreas centrais, próximas aos pontos de prostituição, mas com preços inflacionados e monopolizados por cafetinas. Quando não conseguiam trabalhar, muitas travestis e trans se viam desamparadas.

A proposta de Marcelly, sabendo dessas condições precárias, podia ser oriunda do conhecimento e troca de experiências a partir de uma iniciativa semelhante, a “Casa de Apoio Brenda Lee” que, respondendo principalmente à epidemia de aids, passou a oferecer acolhimento para as travestis ainda na década de 1980. Sobre isso, Mario Carvalho, autor de importante trabalho sobre a emergência dos movimentos de travestis e transexuais no Brasil, coloca:

Ainda em 1984, Brenda Lee, uma travesti da cidade de São Paulo, passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, ou seja, aqueles que, embora não necessitassem de internação hospitalar, não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa passa a se chamar “Casa de Apoio Brenda Lee” em 1986 (...). (CARVALHO, 2011, p. 27)

A matéria menciona ainda a presença da coordenação da mais nova entidade no “Congresso Nacional de Travestis” a ser realizado em Fortaleza. O evento em questão era mais uma edição do ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a Aids, importante espaço para inserção da Igualdade e para o contato com outras instituições e ONGs/aids do Brasil, e que em 2003, em sua décima edição e três anos após a criação da Igualdade, seria sediado em Porto Alegre. Dada a anterior política dos voluntários do GAPA de levar as população trans a congressos nacionais e colocá-las em contato com pessoas de outras organizações semelhantes, de forma a fomentar uma instituição autônoma, é significativo que a população siga participando de eventos e congressos agora representando a Igualdade.

Por último, a reportagem menciona o desejo de regulamentação da instituição e um contato iniciado com a então deputada estadual Maria do Rosário (PT-RS), ressaltando a existência de um estatuto já finalizado. Além disso, e talvez mais importante, sinaliza uma reunião já realizada com o comando da Brigada Militar. O principal resultado do encontro teria sido a diminuição da violência dos policiais em relação a população travesti e transexual, colocando em boa perspectiva as primeiras ações da Igualdade. No período de pesquisa para esse trabalho, a matéria original era ostentada em um quadro numa das paredes da instituição.

### **A Igualdade se autonomiza**

O passo seguinte à criação da Igualdade, decorrente da formalização da instituição, portanto, é o progressivo desligamento e afastamento em relação ao GAPA. A primeira tensão foi a respeito da sobreposição do trabalho realizado pelo GAPA e o que a



Igualdade também se propunha a fazer, de prevenção à aids. Nesse sentido, apesar da separação da nova instituição, há uma continuidade nos objetivos e demandas principais da população travesti e trans relativas, pelo menos num primeiro momento, ao HIV/aids. A aids ainda era o grande fator mobilizador e captador de recursos e, nos primeiros anos da distribuição coquetel de antirretrovirais, a parceria Estado-sociedade civil dava sinais de sucesso. O problema, nesse caso, era que o GAPA não queria diminuir ou transferir o trabalho para outra instituição, mesmo que oriunda da ação desenvolvida ao longo dos anos por ele mesmo, como era o caso da Igualdade, até por já ter reconhecimento da sociedade como instituição referência no trabalho de prevenção. Nessa situação, havia conflito de interesses no estabelecimento de uma única autoridade para dar continuidade aos projetos, trabalho de campo e outros elementos centrais para o funcionamento das duas organizações.

Entre as travestis e transexuais, porém, o papel do GAPA é notoriamente reconhecido. Joyce relaciona a criação da Igualdade e de outras instituições focadas em questões LGBT diretamente ao trabalho do GAPA: "Cada um [a respeito dos grupos que surgiram dentro do GAPA] foi ter a sua caminhada, o seu espaço e a sua luta direcionada à sua população. E nós, a Igualdade, seria um filho que nasceu de dentro do GAPA, entendeu? Aonde saiu para ter sua própria caminhada, sua própria gestão"<sup>6</sup>. Veruska também cita o GAPA como espaço do que viria a ser o início da Igualdade, bem como a cooperação entre as duas instituições: "Aonde surgiu a Igualdade? Dentro do GAPA, trabalhamos um bom tempo, usufruímos lá do espaço do GAPA (...) E (...) eu acho o seguinte: (...) tem que ter pessoas capacitadas no nosso meio, que entendam o nosso meio, pra ver onde a gente pode chegar..."<sup>7</sup>.

Marcelly ainda amplia os termos desse afastamento em relação a representação:

Aí eu e a Cassandra, né, que foi a primeira presidente aqui da Igualdade, a gente teve a ideia de se reunir e falar por nós mesmos, porque quem falava por nós?

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida em 11 de setembro de 2017.

<sup>7</sup> Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

Era psiquiatra, psicólogo, padre, Igreja, sociólogo, enfim, era a Universidade que falava por nós. Acho que ser travesti é tu poder falar do teu corpo, tua vida, tua trajetória. (MALTA, 2017)

Foucault afirma o quanto os sistemas de poder invalidam o discurso e os saberes que não partem “dos intelectuais” (FOUCAULT, 2015). “Falar por nós”, no caso da Igualdade, é, de certa forma, subverter esse sistema de poder e criar novos sujeitos autorizados a ocupar a esfera pública. Assim, na medida em que se organizavam outras demandas que iam além da questão da prevenção a aids, o distanciamento do GAPA torna-se mais natural. O surgimento de demandas específicas (ligadas, principalmente, a direitos humanos) e o incentivo à autonomia do grupo que fundou a Igualdade foram centrais nesse processo. O GAPA deixa de abrigar as particularidades dos diversos grupos que atendia e o empoderamento torna-se uma estratégia. Não reconhecer ou perceber no GAPA mais sua identidade ou a instituição como uma possível porta-voz demonstra o sucesso do objetivo de fomentar a autonomia, além de ressaltar o quanto as pautas extrapolavam somente as questões ligadas ao HIV. Apesar da continuidade no teor das ações desenvolvidas, Cassandra Fontoura narra as dificuldades de incentivar o grupo de travestis e transexuais que frequentavam o GAPA a utilizarem o serviço da Igualdade:

Mas no começo foi muito muito difícil, as gurias não vinham, a gente também tava lá no GAPA, ficava muito estranho, acho que elas ficavam constrangidas de participar do nosso grupo e do grupo do GAPA, foi muito difícil... mas acho que eu tinha uma persistência, quando eu boto uma coisa na cabeça, vou até o final. Aí a gente conseguiu fazer os grupos num mercado. Aí a gente, como não tinha experiência, começou a discutir com elas pra ver que tipo de assunto, aí o grupo começou a crescer, né. Todas as quartas feiras ia muita travesti no grupo, demorou dois anos pra gente conseguir fazer, ser beneficiada pelo Ministério da Saúde e tudo... foi muito difícil, mas a gente conseguiu, sabe, a participação das gurias, era 30-40 travestis nos grupos, nas quartas feiras, mas a gente conseguiu passar essa etapa difícil.<sup>8</sup>

Cassandra relata como, na falta de uma sede, a Igualdade precisou contar com o empréstimo das instalações do GAPA de forma a desenvolver seu trabalho. Da mesma maneira, a Igualdade manteve o formato das reuniões semanais para incentivar a

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

participação das travestis e dar prosseguimento ao grupo de trabalho. O fato de essas reuniões continuarem se dando na sede do GAPA, para Cassandra, dissuadia muitas comparecerem aos encontros.

Além disso, outros fatores impediam que todas as travestis e transexuais acessassem a Igualdade, como rixas pessoais e desavenças entre grupos<sup>9</sup>. Nesses casos, o GAPA continuou atuando na distribuição de preservativos e atendimento individual nas questões ligadas a aids e ao HIV. Outras organizações, como o Nuances, voltado para a população LGBT, e iniciativa de pessoas que também frequentavam o GAPA, estiveram em contato com a Igualdade ao longo dos anos. Esses grupos fazem parte da extensa rede de relações estabelecidas pela Igualdade ao longo de sua existência, constituindo-se em parceiros longevos para a organização de eventos (a Parada Livre de Porto Alegre sendo o maior exemplo) e articulação de demandas a níveis municipal e estadual.

No princípio, após o desligamento definitivo do GAPA, as reuniões se davam em locais públicos e de fácil acesso, mas logo ficou clara a necessidade de uma sede própria para a ampliação do atendimento e até mesmo para o reconhecimento da nova instituição. Quando questionada se a busca por uma sede própria era relacionada a autonomia, Cassandra coloca:

Ah, sim, claro. Tudo que lá no Gapa tinha que ver uma agenda, e tudo e tal... E os grupos não funcionavam, elas não iam. Aí que eu vi que tinha essa questão que elas não queriam confrontar as nossas reuniões com as reuniões do GAPA (...). A gente fazia as reuniões num mercado, eu percebi que não ia funcionar os grupos lá, entendesse? (...) Aí eu vi que tinha que sair de lá, elas não vem porque é aqui.<sup>10</sup>

A partir desse afastamento do GAPA, consolidado com a conquista da primeira sede da Igualdade, no entorno da praça Oswaldo Cruz, no centro de Porto Alegre, as relações entre as duas instituições se construíram na base da cooperação em prol dos objetivos de prevenção da aids. Sobre essa relação, Cassandra também menciona: “A gente sempre entrou em contato, às vezes quando tinha alguma manifestação, a gente

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Alessandra Greff, Porto Alegre, em 08 de setembro de 2017.

<sup>10</sup> Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

sempre, todos os grupos, o Nuances... Quando tinha alguma coisa com os moradores, a gente sempre teve um bom contato”<sup>11</sup>.

Quando fala “os moradores”, Cassandra refere-se aos moradores do Quarto Distrito bairro Floresta, onde se encontra a quadra conhecida por ser ponto de prostituição de travestis e transexuais, próximo às ruas São Carlos e Hoffman. Após inúmeras reclamações e embates com a Brigada Militar, chamada pelos moradores descontentes com o movimento no bairro, foi através de reuniões de conciliação que também envolveram o GAPA no papel de mediador que a convivência se tornou mais pacífica:

O GAPA foi muito bom, fez várias manifestações, aí pararam. Aí depois vem a coisa dos moradores, que botaram ali na São Carlos faixas, que eles tinham botado câmeras. Aí já era na época da Igualdade, a gente entrou com uma ação no ministério público, contra os moradores. Aí teve reunião pra conversar com os moradores e a polícia, a gente ganhou a sentença, que eles podem botar câmeras mas pra proteção da sua casa, não pra vigiar a rua, a rua é pública. Teve vários problemas assim. (...) Sempre vai ter. Aí teve uma época que eles reclamavam que eles faziam as necessidades nas portas, aí colocaram banheiro...<sup>12</sup>

A mediação e participação nessa questão específica diz não só a respeito da relação do GAPA com o Estado e do elo estabelecido em decorrência do prestígio da primeira instituição, mas também da autoridade adquirida e que exercia poder enquanto a Igualdade ainda se consolidava como serviço para a população travesti e trans.

## Funcionamento como ONG

O processo de criação da Igualdade se relaciona com o movimento de prevenção e luta contra a aids no Brasil. Em outros locais, foi semelhante a organização de instituições promotoras de direitos humanos para a população travesti e trans, como coloca Mario Carvalho:

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

<sup>12</sup> Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis e profissionais do sexo. (CARVALHO, 2011, p. 27)

Nesses locais, além do binômio violência policial e aids, contribuiu também o contato com organizações mais antigas, como a pioneira ASTRAL (Associação de Travestis e Liberados), criada no Rio de Janeiro em 1992. Na Argentina, em 1991 já se estruturava a ATA (Asociación de Travestis Argentinas), com dissidências que dariam origem a outros grupos minoritários, mostrando uma correspondência na emergência desses grupos nos dois países. O incentivo dos integrantes do GAPA para que as travestis e trans viajassem para Congressos e eventos com o objetivo de conhecer novas pessoas e outros grupos já em funcionamento é decisivo para a auto-organização:

O relativo sucesso em suas primeiras ações teria sido um motivador para as integrantes da ASTRAL organizarem ainda em 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, com o tema “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas), de Aracajú. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Com a criação de outras organizações, as articulações entre esses grupos se torna fundamental para a troca de experiências, estabelecimento de vínculos e fortalecimento do movimento, como mostra a continuidade dos ENTLAIDS (incluindo sua realização em Porto Alegre em 2003) e a multiplicação de redes para integrar esses grupos. Carvalho (2011) explana mais sobre a formação de redes no âmbito nacional:

Timidamente, começava a se constituir um movimento nacional de travestis através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTAL) que viria a mudar de nome e a se chamar RENATA (Rede Nacional de Travestis). A realização dos encontros anuais, os ENTLAIDS, com participação de militantes de diversos estados foi fundamental para essa articulação, que possibilitou não somente a organização de travestis e transexuais para uma interlocução com o poder público, como também para pleitear uma maior participação nos espaços gerais do movimento LGBT. Em dezembro de 2000 na cidade de Curitiba, a organização de uma rede nacional de ONGs de travestis e transexuais se concretiza na criação da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e

Transgêneros (ANTRA), que hoje conta com mais de 80 organizações afiliadas, configurando-se como a maior rede de travestis e transexuais da América Latina. (CARVALHO, 2011, p. 29)

Outras redes nacionais como a RedeTrans (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 2009) FONATRANS (Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negros, criado em 2014) se constituíram ao longo dos anos, nos mesmos moldes da ANTRA. Da mesma maneira, foram materializadas por divergências no que diz respeito a posturas políticas dos movimentos e das organizações presentes nos encontros nacionais e regionais. A Igualdade, num primeiro momento filiada à ANTRA, posteriormente se associa à RedeTrans.

Em um dos relatórios dos projetos desenvolvidos pela Igualdade nos anos de 2000 e 2001, consta a ata da primeira assembleia da ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais), organizada em Porto Alegre, no ano 2000 com estatuto reconhecido na cidade de Curitiba em abril do ano seguinte. Contando com Alessandra Greff como representante da região sul e Cassandra Fontoura como presidente da Igualdade e vice-coordenadora da nova rede, o encontro que ocorreu em Porto Alegre no dia 10 de dezembro de 2000 dispôs sobre a criação da Articulação, a composição de sua diretoria e conselho, criação do estatuto e elaboração da carta de princípios.

O estatuto da ANTRA pode servir como modelo para a análise do papel das redes para as instituições locais, como é o caso da Igualdade e de outras, como o Grupo Esperança, de Curitiba, que também fez parte da criação da Articulação. No documento, são enumeradas as finalidades da Articulação:

- I. Ser um instrumento de expressão de luta, da conquista e da garantia de plenos direitos humanos as travestis, transexuais e transformistas, e contra qualquer forma de discriminação contra estes, seja de expressão jurídica, social, política, religiosa, cultural ou econômica;
- II. Promover campanhas gerais e informativas, procurando ser instrumento de expressão, a nível regional, de diretrizes políticas propostas por seus membros ou associados que busquem e obtenham a garantia de seus direitos;
- III. Maximizar a eficácia das ações das entidades das travestis, transexuais e transformistas através de coordenações políticas em nível regional e nacional;
- IV. Promover a articulação entre as entidades visando o estabelecimento de ações políticas, sociais, econômicas e culturais em nível regional e nacional, de maneira que se maximize o impacto das ações regionais;

- V. Promover cursos, seminários, encontros, fórum de debates, que atendam as necessidades de aprofundar o conhecimento dos temas relevantes sobre a realidade das travestis, transexuais e transformistas da região;
- VI. Estimular a cooperação entre os grupos das travestis, transexuais e transformistas para que promovam o intercâmbio de informações entre si e com outros grupos e movimentos sociais que apoiem a luta de emancipação das travestis, transexuais e transformistas das regiões;
- VII. Defender os interesses comuns de seus membros e representar a seus associados sempre que for necessário;
- VIII. Apoiar o desenvolvimento de ações e iniciativas de entidades das travestis, transexuais e transformistas nas regiões, que tenham o objetivo de alcançar e garantir a cidadania plena para esses grupos, com o fim de coibir toda e qualquer discriminação por orientação sexual;
- IX. Firmar-se como referência nos casos de defesa contra a discriminação com as travestis, transexuais e transformistas, e contra a violação dos direitos humanos dos mesmos, fornecendo apoio jurídico e logístico;
- X. Reivindicar, protestar e interpor processos nos casos de discriminação por orientação sexual, denunciando-a e difundindo-a nos meios de comunicação;
- XI. Assessorar os associados na elaboração de todos os projetos que busquem a promoção e garantia dos direitos das travestis, transexuais e transformistas, incluindo, entre outros, a saúde física e psicológica;
- XII. Apoiar a luta contra o HIV/AIDS em todos os seus aspectos e em todos os seus âmbitos;
- XIII. Divulgar para a sociedade e o poder público as finalidades, objetivos, projetos e realizações da ANTRA. (ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS – ANTRA, 2001)

Apesar da menção ao HIV, o foco do estatuto está na construção de cidadania e noções de direitos humanos para a população trans, principalmente no que diz respeito à discriminação. Em uma reportagem do Zero Hora que noticiava o 3º Encontro Nacional de Travestis, edição na qual foi consolidada a ANTRA, a proposta do grupo era “firmar parcerias que possam garantir trabalho e evitar a violência e a discriminação” (HELPER, 2000). Foi através dessas redes que houve intercâmbio de experiências, métodos de trabalho e, principalmente, a definição de interesses coletivos e demandas comuns a instituições para promoção dos direitos da população trans de diferentes regiões do Brasil.

O processo que capacita a organização para atuar de forma independente, estabelecer contatos e consolidar redes que atuem de forma global (SCHERER-WARREN, 1999), iniciado no GAPA, é o que Mario Carvalho chama de “empoderamento tutelado”, quando “elementos discursivos e a práxis política na construção dessas militantes foi possibilitada por uma trama de relações que envolvem diversos atores, como as

lideranças gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais de saúde envolvidos em programas de prevenção de DST e aids” (CARVALHO, 2011, p. 47). É através da combinação da organização da sociedade civil e direitos humanos que a política de aids torna-se vitoriosa no Brasil, e a autonomia dos movimentos que se originaram desse fomento, se apropriando do vocabulário característico dessas organizações como *advocacy*, *peer education* e *empowerment* (CARVALHO, 2011) para a elaboração projetos, materiais e na comunicação interna e externa, se torna fundamental para a construção de demandas coletivas independentes e para além da questão do HIV. É certo que “esse fortalecimento da sociedade civil (*empowerment*) está associado à capacidade dos sujeitos sociais de se articularem, tornando-se atores de ações coletivas amplas e impactantes na esfera pública” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 83), exatamente o processo pelo qual passa o grupo que, das reuniões do GAPA, funda a Igualdade.

Há uma discussão importante que vai ao encontro desse movimento progressivo de organização formal da sociedade civil. Ao falarmos da institucionalização desses grupos, podemos observar um processo de “onguização” dos movimentos sociais característico dos anos 1990 (FACCHINI, 2002). Sobre isso, Carvalho coloca:

A ideia de uma organização não-governamental (ONG) como formato ideal para a articulação política já vinha se consolidando ao longo da segunda metade dos anos 1980 no então movimento homossexual brasileiro (FACCHINI, 2005). Porém, no caso específico da ASTRAL e de muitas outras ONGs que surgiram nos anos seguintes, também havia a influência dos projetos de prevenção de DST-AIDS na construção de possibilidades concretas, através de cursos de capacitação e financiamento de projetos, para que travestis se constituíssem como sujeitos nos campos jurídico e político. (CARVALHO, 2011, p. 29)

A “onguização”, portanto, é um “fenômeno associativo” que aparece como decorrente da capacitação dessas populações através de valores de autonomização e dá uma nova característica aos movimentos identitários, uma “forma de ação coletiva, com identidade e projetos de intervenção social próprios” (FACCHINI, 2005, p. 73). É necessário notar a dificuldade em definir o termo “ONG”, seja especificamente a que tipo de organização se refere e como se diferencia da denominação de movimento social,



bem como de suas atribuições, visto que muitas vezes essas ações e papéis na sociedade se intersectam e se confundem.

Comparada à denominação “movimentos sociais” como utilizada no Brasil dos anos 1980, que é interpretada por Fernandes como desdobrável em “*movimentos* para acentuar sua natureza instável e mutante, distinta da obtida em estruturas que se organizam numa longa duração[...] (e) *sociais* devido ao seu distanciamento em relação aos aparelhos de Estado” (Fernandes, 1985, p. 43) (...) a denominação “organizações não-governamentais” parece indicar algo ainda mais impreciso. (FACCHINI, 2005, p. 74)

Como ferramenta de organização e facilitador, visto que possibilita a inserção no campo político, busca de fomentos e organiza a instituição, o “virar ONG” torna-se uma porta de entrada para esses movimentos identitários se consolidarem enquanto executores de ações que reflitam as demandas coletivas a que se propõem. No Brasil, em relação às ONGs/aids e sua multiplicação a partir da década de 1990, isso se estabelece a partir do empréstimo do Banco Mundial ao Brasil para as políticas ligadas à prevenção e controle da aids e a distribuição de recursos entre as organizações via concorrência pública, ligada a editais do Ministério da Saúde (VILLELA, 1999). Karen Bruck, voluntária e posteriormente presidente (1997-1999) do GAPA entre 1994 e 2001 e que trabalhou no programa nacional de aids em Brasília entre 2002 e 2012, coloca que o trabalho no Ministério da Saúde era uma questão de saúde estreitamente ligada a cidadania e direitos humanos, uma “venda casada” com apoio da organização da sociedade civil e financiando a criação de redes através de encontros, a exemplo do ENTLAIDS<sup>13</sup>.

A Igualdade, nesse sentido, se relaciona com essa política e, através da institucionalização, passa a atuar no campo da prevenção a aids e promoção de direitos da população travesti e transexual enquanto ONG. É através de editais, fomentos e parcerias que a ONG se mantém em funcionamento, e por meio de relações com outros grupos, materializadas nas redes e nos encontros anuais, que se constroem e articulam demandas coletivas. Ao mesmo tempo, as reivindicações da população perante a sociedade aproximam a instituição da ideia de movimento social, relacionada a outras

---

<sup>13</sup> Entrevista concedida em 17 de julho de 2017.

organizações semelhantes e atuando de forma significativa no movimento LGBT em Porto Alegre. As ações de campo, serviço de assistência, distribuição de preservativos, material informativo aproximam a Igualdade do público alvo e de outras organizações que compartilham dos mesmos valores.

A emergência das ONGs voltadas para populações específicas e com pautas identitárias e o sucesso da política de aids no Brasil, são algumas das razões para o declínio de instituições como o GAPA/RS, com uma abordagem mais abrangente e focada especialmente na questão do HIV/aids. Quando esse problema deixa de ser o principal, parcialmente atendido por investimento do Estado na prevenção, abre-se o espaço para outras questões latentes e multiplicam-se as organizações para atender diferentes grupos e suas demandas particulares.

### Ações e vitórias

A documentação que mostra a evolução do contato da Igualdade com as instituições do Estado através de editais e fomentos mostra o domínio do processo necessário para a captação de fundos e execução de projetos. Magali Sperb, responsável pelo setor administrativo desde que a Igualdade tinha somente 6 meses de funcionamento, ainda em 1999, menciona 46 projetos concluídos ao longo da existência da instituição<sup>14</sup>. Sobre a relação das ONGs com as instituições do Estado, Regina Facchini coloca:

É frequente, no discurso de ONGs, a referência à relação com o Estado ou com agências estatais como "parceria". Parece fazer sentido pensar que as boas relações entre ONGs e Estado não se estendem igualmente a todas as ONGs de um mesmo campo, nem a todos os campos de atuação cobertos pelas iniciativas desse tipo de entidades. O termo "parceria", comumente utilizado por ambas as partes para definir sua relação, pressupõe que haja interesse e compromisso de ambos os lados. Isso significa, pelo menos em tese, que o Estado deve ter a área de atuação da ONG na agenda de suas políticas públicas, a ONG deve ser propor adequadamente a colaborar, e ambos devem honrar os compromissos assumidos. (FACCHINI, 2005, p. 150)

---

<sup>14</sup> Entrevista concedida em 30 de agosto de 2017.

A documentação disponibilizada pela Igualdade compreende os primeiros anos da ONG, datando de 1999 até 2005, e contém relatórios, editais, cronogramas, termos de cooperação e material informativo. Esses documentos mostram os compromissos firmados e as parcerias estabelecidas no processo de consolidação da instituição.

Foram consultados formulários de submissão de propostas de projetos, relatórios finais e de progresso e termos de cooperação que tratam, sem exceção, de aspectos da prevenção a aids e promoção da cidadania entre a população travesti e transexual. A questão da prevenção é sempre abordada pois é o motivo do financiamento e da relação com o âmbito federal, ligado ao Ministério da Saúde e Coordenação Nacional de DST/aids, principal parceiro da Igualdade para a execução dessas ações. Magali Sperb ressaltou o protagonismo do Ministério da Saúde no que diz respeito a editais de fomento para a instituição, enquanto nos âmbitos estadual e municipal se consolidam mais convênios e parcerias para ações específicas, independente de grandes projetos desenvolvidos pela instituição.

Dos termos de cooperação consultados, quase todos firmam parcerias com o UNDCP - Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas através da Coordenação Nacional de DST/aids do governo federal. Nesses documentos, além da descrição dos projetos, cláusulas que estabelecem “observar, na execução financeira, os procedimentos e diretrizes constantes do manual de ‘Instruções para Aplicação de Recursos Originários de Empréstimos do BIRD’ (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento)” já explicitam a origem do financiamento (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE INTERNACIONAL DE DROGAS - UNDCP, 2002). O canal que passa do financiamento do BIRD, pela UNDCP, pelo Ministério da Saúde via Coordenação Nacional de DST/aids e chega até a Igualdade-RS mostra o papel central da institucionalização e do “virar ONG” para a viabilização dessas ações, em consonância com a literatura a respeito do processo de apagamento da fronteira entre ONG e movimento social.

Nos documentos disponibilizados, consta um único convênio de cooperação, datado de junho de 2004: uma parceria com “*Pact Inc.*”, organização sem fins lucrativos dos Estados Unidos. Nesse documento, nos termos do Acordo Cooperativo da USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) intitulado “Mecanismos de resposta rápida para atividades relativas ao HIV/aids - *Community REACH*”, a Igualdade é beneficiária de um total de 476 mil reais, a ser dividido entre gastos com pessoal, consultorias, eventos, estrutura administrativa e outros equipamentos. Não foi disponibilizado nenhum projeto ou relatório dessa cooperação para análise dos seus resultados, em decorrência dos arquivos da instituição não serem frequentemente consultados e por não haver um trabalho de acondicionamento apropriado dessa documentação que facilite o acesso.

Apesar disso, podemos analisar as ambições da instituição nos seus primeiros anos através da documentação acessível. Nos termos do convênio com a “*Pact Inc.*”, “aumentar as atitudes de cidadania, direitos humanos e prevenção, buscando aumentar a consciência no uso de preservativos com clientes e parceiros fixos nas cidades de Tramandaí, Caxias do Sul e Novo Hamburgo” (PACT INC, 2004) ilustra uma parte da história da Igualdade: uma tentativa de expandir as ações da instituição para o interior do Rio Grande do Sul. Embora as entrevistadas não tenham mencionado esse projeto especificamente, relatos dos voluntários do GAPA que seguiram acompanhando a trajetória da Igualdade apontam para um esforço inicial de mobilizar a militância no interior do estado, mas uma falta de engajamento que motiva o desligamento dessas lideranças, deixando a Igualdade-RS com sede em Porto Alegre como referência no município no que diz respeito a assistência de pessoas travestis e transexuais<sup>15</sup>. O grau de institucionalização necessário para a captação de recursos, conhecimento da dinâmica do processo de inscrever-se em editais de fomento e a disponibilidade de recursos humanos necessária para colocar uma ONG em funcionamento podem ter contribuído para

---

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Marcos Benedetti, em 24 de julho de 2017.

centralização das atividades em Porto Alegre, onde o GAPA já tinha deixado um legado no que tange à organização e autonomia.

Ainda tratando de relações institucionais da Igualdade com o poder público, os formulários de submissão de projetos também evidenciam uma agenda própria, desligada das ações do GAPA, já nesse período inicial. “Igualdade na prevenção com caminhoneiros”, projeto realizado entre 2002 e 2005 é um desses exemplos. Oriundo de uma realidade particular, a prostituição de travestis e transexuais nas estradas e rodovias, o projeto buscava, através de intervenções comportamentais nos pontos de parada de caminhoneiros, aumentar o conhecimento sobre DST/HIV/aids, incentivar o uso do preservativo com parceiro fixo e incentivar entre a população do uso de preservativos em todas as relações sexuais. Entre 2002 e 2003, quase 35 mil preservativos foram distribuídos para um total de 2598 caminhoneiros. No relatório do projeto de 2005, destaca-se as 38 intervenções somente no biênio 2004-2005 com distribuição de mais de 20 mil preservativos entre caminhoneiros (IGUALDADE, 2005).

Foi também disponibilizado o relatório final do projeto “Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos” dos anos 2000/2001 (IGUALDADE, 2001). Ainda nos primeiros anos de trabalho da Igualdade, o documento relata os resultados, o projeto inicial, seu desenvolvimento e o que foi produzido no período, como cópias de material informativo e fotos. Ao descrever a executora do projeto, o relatório evidencia a origem da Igualdade a partir de reuniões sistemáticas dentro do GAPA/RS. Das primeiras parcerias, vemos o apoio “da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e Conselho Municipal dos Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre” (IGUALDADE, 2001). Além disso, informa sobre o recebimento de uma cota mensal de preservativos masculinos distribuídos pelo Programa Integral de Controle DST/aids da Secretaria Estadual da Saúde. Como objetivos do projeto, foram citados:

“reduzir a incidência da infecção pelo HIV e outras Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) entre as travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da Aids como questão social, resgate da auto estima e acesso ampliado a rede de saúde e redução de danos.” (IGUALDADE, 2001)

O trabalho de campo aliado às reuniões no Mercado Público de Porto Alegre foram ferramentas para atingir esses objetivos, totalizando 580 travestis e transexuais presentes nas reuniões sistemáticas no ano do projeto e 817 atingidas nas intervenções de campo, quando o previsto eram 300.

Esse é o relatório mais completo das atividades da Igualdade naqueles anos, compreendendo não somente as ações de prevenção mas também o encontro nacional realizado naquele ano, a criação da ANTRA cursos de capacitação e fotos das atividades desenvolvidas. Na conclusão, além de proposta a continuidade do referido projeto, são evidenciadas “a auto-organização das travestis e transexuais, a inclusão social, o desenvolvimento da autoestima” (IGUALDADE, 2001) como valores de suma importância para a instituição, considerando o município de Porto Alegre e o estado do Rio Grande do Sul como, à época, terceiro colocado no país nos casos registrados de aids.

É importante salientar que as primeiras demandas das travestis se referiam diretamente às questões imediatas de sobrevivência. Violência policial motivada pelo estigma, epidemia de aids, falta de assistência em serviços de saúde e a marginalização oriunda do afastamento da família, da falta de atenção do Estado para com a população (em sua maioria profissionais do sexo) pautaram as demandas do grupo no GAPA e, mais tarde, da Igualdade. O afastamento da família, da escola, e a prostituição num contexto de marginalização são pontos em comum que aglutinam essas demandas e interesses, manifestos nas primeiras ações da instituição, como cursos de capacitação profissional e alfabetização voltados para a população trans.

No relatório do projeto “Construindo igualdade em cidadania, saúde e direitos humanos” são descritas as atividades de um curso de alfabetização no ano de 2001, parceria da Igualdade com a Coordenação de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação/Mova (Movimento de Alfabetização de Adultos). O curso tinha como objetivo capacitar travestis e trans para além do trabalho sexual, possibilitando a reaproximação com o ambiente escolar após o afastamento motivado

pelo preconceito. Quando questionada em entrevista a respeito de conquistas marcantes, Cassandra Fontoura lembra do curso de corte e costura e de um livro:

Uma luta foi esse curso de corte e costura, que a gente teve uma parceria da prefeitura, e todas as dificuldades... A gente conseguiu fazer, conseguiu formas as gurias, um grande desfile. O livro também, que contava histórias de travestis em Porto Alegre, a sede, essas coisas tudo. A gente tem um objetivo e as coisas começam a se organizar. No início a gente não tinha nada, era uma pastinha embaixo do braço... Uma pastinha vermelha.<sup>16</sup>

O livro referido, lançado em 2003 sob a organização de Alexandre Boer (BOER, 2003), foi uma conquista importante do processo de valorização das narrativas de vida de travestis e transexuais. Intitulado “Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre” e editado pela própria Igualdade, foi muito referenciado pelas militantes entrevistadas como “atestado” da importância de sua história. O livro é um conjunto de transcrições de entrevistas com travestis e transexuais que atuaram como profissionais do sexo em Porto Alegre. Alguns artigos buscam elaborar sobre a cena da prostituição na cidade, mas os relatos são o foco da obra. Da profissional mais antiga, Rubina, que alugava quartos na década de 1960, à Cassandra Fontoura, primeira coordenadora da Igualdade - RS, os relatos mostram experiências comuns nas vidas das profissionais do sexo. A violência policial está presente em todos os relatos, mostrando a população travesti e trans marcadas pelo estigma da prostituição e, mais tarde, da aids. A obra busca colocar em evidência as trajetórias das mulheres que, por escolha ou por falta de opção, usaram da prostituição como forma de ganhar a vida, de criar de laços dentro da comunidade de profissionais do sexo e construir uma identidade. Para esse trabalho, o livro também foi central para dimensionar a realidade e os pontos em comum das trajetórias de vida das travestis e trans que exerciam trabalho sexual.

Nos relatórios de progresso de outros projetos em andamento na época, vemos o papel da aids e da prevenção para construção da cidadania. Em 2004, o projeto “Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis” buscava

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida em 3 de outubro de 2017.

"Continuar a desenvolver o trabalho já iniciado no ano de 2001 na redução e na incidência da infecção pelo HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST) entre travestis e transexuais, através de atividades que visem o aumento das ações de cidadania, reconhecimento da AIDS como questão social, resgate da auto-estima e acesso ampliado à rede de saúde". (IGUALDADE, 2004b)

Essa descrição evidencia a aids como prerrogativa necessária para a captação de recursos e fomentos, mas também como mote para o incentivo de ações de cidadania e de conscientização a respeito de direitos. Durante o projeto também foram distribuídos material gráfico, sachês de gel lubrificante e foram realizadas 23 reuniões sistemáticas de grupo e 33 intervenções em campo, além de um curso de geração de segunda renda (caixas e embalagens, produtos de limpeza, produtos de beleza), uma outra demanda por parte das travestis no que tange a capacitação para profissionalização, visando exercer outras atividades.

Apesar do papel significativo da aids para a aprovação de projetos, corte e costura e alfabetização são outras demandas que aparecem na medida em que a Igualdade se afasta do GAPA. Os relatos evidenciam essas vitórias e sinalizam a importância dessas novas demandas para a organização. A luta pela diminuição da violência policial também não sai do horizonte da instituição. Em 2002, Marcelly Malta ministrou o curso "Nova abordagem para profissionais do sexo" para alunos soldados da Brigada Militar (MEU TEMPO, 2008), outro sinal da mudança nas relações com Estado e o poder público, iniciadas já na década anterior com mediação do GAPA.

Nesse período, a Igualdade se beneficiou da favorável situação político-institucional nas esferas federal e municipal. Por um lado, os sucessivos mandatos de políticos do Partido dos Trabalhadores (1989-2005) na prefeitura de Porto Alegre deram abertura para parcerias e convênios que melhoraram as condições de vida da população trans no estado. Por outro, continuou recebendo recursos da política de aids empreendida pelo Ministério da Saúde, responsável pelos editais e pelos fomentos à outras ONGs no Brasil. O financiamento por parte do Ministério da Saúde foi a principal fonte de recursos das organizações não-governamentais voltadas para a prevenção à



aids, por isso a permanência de pautas e demandas em relação à prevenção, aliadas a questões de cidadania e direitos humanos.

Além dos editais e fomentos que viabilizam ações locais, campanhas nacionais vinculadas ao Ministério da Saúde inauguram uma nova fase que fala de reconhecimento para além do estigma da aids, a exemplo de campanhas do Programa Nacional de DST/aids como “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida.”, veiculada em 2004 (MINISTÉRIO, 2004). Mais tarde, em 2012, outra campanha intitulada “Sou trans/travesti, tenho direito de ser quem eu sou” também traz uma mensagem positivada (MINISTÉRIO, [s.d.]). Na última, a Igualdade foi representada por Marcelly Malta, que estampou o material de divulgação distribuído. Apesar disso, o projeto de desmonte da política de HIV/aids no Brasil, modelo de resposta à epidemia, a partir de 2018, e o crescimento dos casos de HIV no país apontam para um profundo retrocesso (DA COSTA, 2020) que denota a importância da política de aids no Brasil e da mobilização para sua manutenção.

Em relação às pautas específicas, como a cirurgia de redesignação genital disponível pelo SUS, a possibilidade de utilização de nome social e, mais recentemente, a alteração de nome e gênero no registro civil, essas se tornam possíveis num contexto de posituação da figura da travesti e transexual. A análise desses primeiros anos de atuação evidencia a continuidade em relação ao trabalho do GAPA e ampliação das demandas da Igualdade, progressivamente afastando-se da “bioidentidade” relativa à “SIDAnização” das pautas relacionadas à aids (PELÚCIO, 2009), dependentes dos fomentos destinados à prevenção da doença e controle da epidemia. A Igualdade soube fazer uso desses fomentos sem estar presa somente à questão da aids, o que contribuiu para seu afastamento do GAPA e para sua consolidação como referência para a população travesti e transexual.

## O papel da Igualdade em retrospecto

No período de pesquisa para esse trabalho, as origens da Igualdade e de outras instituições voltadas para a população LGBT ficaram mais evidentes ao ouvir Joyce da Silva. Ela relaciona a criação da Igualdade e de outras instituições focadas em questões LGBT diretamente ao trabalho do GAPA:

O GAPA representa mais essa parte, aonde as instituições, a Igualdade, o NEP [Núcleo de Estudos da Prostituição], o SOMOS [Comunicação, Saúde e Sexualidade], outras instituições, elas se desenvolveram e saíram de dentro do GAPA. Cada um foi ter a sua caminhada, o seu espaço e a sua luta direcionada à sua população. E nós, a Igualdade, seria um filho que nasceu de dentro do GAPA, entendeu? Aonde saiu para ter sua própria caminhada, sua própria gestão.<sup>17</sup>

A partir de falas como essa, vemos que o modo de “ser ONG” exercido pela Igualdade ao longo dos anos foi, de muitas formas, pautado pelo modelo oferecido pelo GAPA desde 1989. A materialização da Igualdade dez anos depois da criação do GAPA demonstra também o quanto foram central a formação de lideranças, capacitação de voluntários, percepção da cidadania como valor e, principalmente, a compreensão do modelo de prevenção e combate à aids fomentado pelo Estado para a criação da instituição. O seu sucesso, também, deve-se ao enquadramento no modelo hegemônico de organização da sociedade civil à época, responsável pela captação de recursos através de projetos.

Saber operar entre as instituições, criar redes e elaborar projetos são fatores decisivos para a Igualdade constituir-se como instituição que oferece serviços de referência à população travesti e trans. Isso também foi enfatizado ao longo das entrevistas: o papel da Igualdade para além dos números e resultados, mas como uma ponte que representa a ligação de uma população marginalizada com o Estado, como foi o papel do GAPA. Seja para serviços jurídicos, acesso a serviços de saúde, mas, principalmente, como garantia de representação da população travesti e transexual, a Igualdade deu continuidade e ampliou o trabalho do GAPA, consolidando-se como referência para a população trans e como garantia de assistência.

---

<sup>17</sup> Entrevista concedida em 14 de setembro de 2017.

A multiplicação de serviços específicos para populações com demandas distintas é outro fenômeno correlato à “onguização” dos atores sociais. Na declaração feita por Joyce logo acima, a Igualdade é um desdobramento do GAPA, como são organizações como o Nuances. O desligamento do GAPA, portanto, é uma sinalização de demandas que se multiplicam e não são mais compreendidas somente sob a problemática da aids. Nos anos subsequentes, a Igualdade incorporaria cada vez mais pautas particulares à população trans, como a troca de nome e gênero nos registros civis e as demandas por cirurgias de redesignação genital oferecidas pelo SUS. A demanda por visibilidade e pelo direito à identidade é posterior, e aparece como resultado do sucesso de políticas públicas e projetos voltados para o combate e prevenção a aids. A ampliação das demandas ligadas a cidadania da população só é possível num contexto de positivação da figura da travesti e transexual, idealizada a partir da diminuição do estigma e do afastamento da ligação automática entre travesti/transexual e aids.

A mudança do caráter e teor das demandas evidencia ganhos ao longo dos anos, acumulados com a experiência na gestão da ONG e na elaboração e execução de projetos, mas também reitera que a luta por direitos humanos e extensão destes a todas as pessoas trans ainda é uma questão presente nos dias de hoje. Durante todo esse tempo, a Igualdade foi e ainda é símbolo da organização das travestis e transexuais em Porto Alegre, referência para a população em questão.

Num movimento que se constitui com demandas imediatas que dizem respeito não só à cidadania, mas também “direito de viver”, o papel das organizações locais, como é o caso da Igualdade, seus agentes e sua interação com o contexto mais amplo se evidenciam como ferramentas de visibilidade, assistência e referência para uma população que, apesar dos ganhos materiais sensíveis ao longo dos anos, ainda é marginalizada e estigmatizada por transitar por lugares alhures à heterocisnormatividade.

## Referências

### *Entrevistas*

Entrevista com Alessandra Greff. Porto Alegre, 08/09/2017

Entrevista com Cassandra Fontoura, 03/10/2017 (por skype).

Entrevista com Joyce Maria da Silva. Porto Alegre, 11/09/2017.

Entrevista com Karen Bruck. Porto Alegre, 17/07/2018.

Entrevista com Marcos Benedetti. Porto Alegre, 24/07/2017.

Entrevista com Magali Sperb Barbachan. Porto Alegre, 30/08/2017.

Entrevista com Veruska de Matos. Porto Alegre, 12/09/2017.

### *Documentos consultados*

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS - ANTRA. Estatuto Social. Curitiba, 26 abr. 2001.

IGUALDADE. Formulário de Projeto de Transição - Igualdade na prevenção com caminhoneiros. Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. Relatório de Progresso Final Subprojeto Igualdade na Prevenção com Caminhoneiros. Porto Alegre, 2004a.

\_\_\_\_\_. Relatório de Progresso Final Subprojeto Estratégias de Auto Cuidado e Adesão ao Tratamento para Incentivar a Cidadania de Travestis. Porto Alegre, 2004b.

\_\_\_\_\_. Relatório Final Projeto Construindo Igualdade em Cidadania, Saúde e Direitos Humanos. Porto Alegre, 2001.

PACT INC. Convênio de cooperação adjudicado pela Pact, Inc. à Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. [S.L.], jun. 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O CONTROLE INTERNACIONAL DE DROGAS - UNDCP. Termo de cooperação de financiamento de subcontrato que entre si celebram o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas - UNDCP e a Associação de Travestis e Transexuais do RS - Igualdade. Brasília, 10 jul. 2002.

### *Bibliografia*

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BÖER, Alexandre (org.) *Construindo a igualdade: a história da prostituição de travestis em Porto Alegre*. Porto Alegre: Igualdade, 2003.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. *Que mulher é essa?: identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DA COSTA, Fernanda. Do exemplo ao retrocesso: país sofre desmonte da política para o HIV. *Jornal da Universidade - UFRGS*, Porto Alegre, 02 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jornal/do-exemplo-ao-retrocesso-pais-sofre-desmonte-da-politica-para-o-hiv/>>. Acesso em 28 mai. de 2020.

FACCHINI, Regina. *"Sopa de letrinhas"? movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HELPER, Dulce. Travestis querem união nacional. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de dezembro de 2000, p. 40.

LAURINDO-TEODORESCU, Lindinalva; TEIXEIRA, Paulo Roberto. *Histórias da aids no Brasil, v. 2: a sociedade civil se organiza pela luta contra a aids*. Brasília: Ministério da Saúde/Secretaria de Vigilância em Saúde/Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais, 2015.

MALTA, Marcellly. A força no reflexo: entrevista [julho, 2017]. Porto Alegre: Escola Superior de Propaganda e Marketing, curso de Jornalismo. Entrevista concedida a Gian Carlos Panisson e Leonardo Kaller.

MEU TEMPO Não Parou. Realização: Nuances - Grupo pela livre expressão sexual. Roteiro e Direção: Silvio Barbizan e Jair Giacomini. Maio 2008.

MINISTÉRIO da Saúde lança campanha para travestis. Portal Terra, 29/01/2004. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI261836-EI715,00-Ministerio+da+Saude+lanca+campanha+para+travestis.html>>. Acesso em 29 abr. de 2019.

MINISTÉRIO da Saúde, Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais. Campanha: Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou - 2012, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/campanha/campanha-sou-travesti-tenho-direito-de-ser-quem-eu-sou-2012>>. Acesso em 29 abr. de 2019.

“Notas”, *Jornal do Nuances*, Ano 2, n. 8, p. 3, 1999.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

TRAVESTIS criam associação. *Zero Hora*, Porto Alegre, 11 de jun. de 1999, p. 58.

VILLELA, Wilza Vieira. Das interfaces entre os níveis governamentais e a sociedade civil. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane e BESSA, Marcelo (orgs). *Saúde, Desenvolvimento e política: respostas frente à AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: ABIA. São Paulo: Ed. 34, 1999.